

Inventário Nacional de Referências Culturais

INRC 2000
Manual de Aplicação

Departamento de Identificação e Documentação
IPHAN
MinC

Presidente da República
Fernando Henrique Cardoso

Ministro da Cultura
Francisco Weffort

Presidente do IPHAN
Carlos Henrique Heck

Diretora de Identificação e Documentação - DID
Célia Maria Corsino

Coordenadora de Identificação
Catarina Eleonora Ferreira da Silva - DID

Ficha Técnica

Equipe Técnica do DID

Ana Claudia Lima e Alves - Coordenadora do Projeto no DID
Isolda dos Anjos Honnen
Márcia Chuva
Márcia Sant'Anna

Equipe Técnica da Andrade e Arantes

Antônio Augusto Arantes Neto – Coordenador Geral do Projeto
Antonieta Marília de Oswald de Andrade
Álvaro de Oliveira D'Antona
Marcelo Nahus de Oliveira
Pedro Corsi Okabayashi

Colaboradoras

Ana Gita de Oliveira – 14ª SR/IPHAN
Maria Cecília Londres Fonseca – MinC
Teresa Carolina Frota de Abreu – 6ª SR/IPHAN

Diagramação

Marco Antonio Gaspar Pereira

Capa

Cristiane Dias

Fotos

Menino: apresentação do Boi-Duro em Belmonte, BA. Fotógrafo: Pedro Okabayashi.

Homem: representante do grupo de caboclos. Festa de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do Serro, MG. Fotógrafo: João Horta.

Inventário nacional de referências culturais : manual de aplicação. Apresentação de Célia Maria Corsino. Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto. – Brasília : Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

156 p. : il.

Conteúdo: Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio / Cecília Londres ; Como ler o INRC / Antônio Augusto Arantes Neto.

I. Corsino, Célia Maria. II. Londres, Cecília. III. Arantes Neto, Antônio Augusto. IV. Título.

CDU 316.7 (083)

Todos os direitos são reservados ao IPHAN, não sendo permitida a reprodução parcial ou total, sem prévia autorização.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
REFERÊNCIAS CULTURAI: BASES PARA NOVAS POLÍTICAS DE PATRIMÔNIO	11
BIBLIOGRAFIA	21
INTRODUÇÃO	23
COMO LER O INRC	27
Sobre a noção de <i>inventário</i>	27
Construindo o objeto da pesquisa: <i>referências e bens culturais</i>	28
Delimitação do universo	32
PROCESSO DE TRABALHO	35
Formação da equipe	35
Procedimentos	36
Levantamento preliminar	36
Ficha de Campo: Levantamento Preliminar	39
Identificação	43
Documentação	43
IDENTIFICAÇÃO DO SÍTIO E LOCALIDADES	44
Procedimentos para Identificação do Sítio e das localidades	45
Ficha de identificação do sítio	47
Ficha de identificação de localidade	53
Anexo 1: bibliografia	59
Anexo 2: registros audiovisuais	63
Anexo 3: bens culturais inventariados	69
Anexo 4: contatos	75
IDENTIFICAÇÃO DOS BENS CULTURAIS	79
Identificação	79
Questionário e Ficha de Identificação: Celebrações	81
Questionário e Ficha de Identificação: Edificações	95
Questionário e Ficha de Identificação: Formas de Expressão	105
Questionário e Ficha de Identificação: Lugares	123
Questionário e Ficha de Identificação: Ofícios e Modos de Fazer	133
Ficha de Campo: Registros Audiovisuais	151
MONTAGEM DO RELATÓRIO	155

Apresentação

Há longo tempo são discutidos no IPHAN a identificação de novos bens culturais, representativos dos diferentes grupos sociais, e a construção de instrumentos e métodos adequados à sua pesquisa e valorização. Especialmente depois da promulgação da Constituição de 1988, que incorpora a visão antropológica (e muito mais democrática) da cultura e das noções de bem cultural, dinâmica cultural e de referência cultural, já adotadas e experimentadas pelo CNRC e pela próMemória.

Era preciso aprofundar as reflexões e experiências anteriores, no sentido de tentar superar antigos impasses – como a (falsa) dicotomia entre os *bens de pedra e cal* e as demais manifestações culturais inseridas na dinâmica do cotidiano – e evoluir para a construção de novos instrumentos, capazes de levantar e identificar bens culturais de natureza diversificada, apreender os sentidos e significados a eles atribuídos pelos grupos sociais e encontrar formas adequadas à sua preservação.

Buscando organizar as reflexões em torno dessas questões, em 1995, o Departamento de Identificação e Documentação - DID patrocinou um Encontro de Inventários do Conhecimento, no Rio de Janeiro, onde foram apresentados trabalhos e experiências de inventário, do próprio IPHAN e de outras instituições estaduais e municipais. Esses trabalhos foram reunidos na publicação *Inventários de Identificação – um panorama da experiência brasileira*.

No mesmo ano, trabalhando em parceria com a Superintendência Regional de Minas Gerais, o DID realizou uma experiência-piloto de *Inventário de Referências Culturais* na cidade do Serro. Concebido inicialmente como um módulo do Inventário de Bens Imóveis (INBI), para ser aplicado em núcleos históricos tombados, este primeiro trabalho já tratava de atualizar a experiência dos antigos CNRC e próMemória, buscando apreender os sentidos atribuídos pelos moradores ao patrimônio cultural, para orientar o planejamento das intervenções.

O aprofundamento dessas reflexões teve continuidade em 1997, no Seminário do Patrimônio Imaterial, em Fortaleza, e em nova experiência de realização do inventário de referências culturais em Diamantina – MG, como parte do processo de instrução do dossiê da candidatura daquela cidade à lista do Patrimônio Mundial da UNESCO.

O Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC, aqui apresentado, assumiu sua forma atual e definitiva em 1999, graças a um esforço concentrado em seis meses de trabalho, viabilizado pelas seguintes condições favoráveis:

- as experiências anteriores do inventário de referências culturais e a consolidação dos demais inventários desenvolvidos pelo DID;
- a realização de nova experiência do inventário de referências

culturais, na cidade histórica de Goiás, como parte do processo de instrução da sua candidatura à lista do Patrimônio Mundial, em parceria com a 14ª SR e o Movimento Pró-Cidade de Goiás;

- as definições das categorias de bens culturais produzidas pela Comissão e pelo Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial, recentemente estabelecidas no Decreto nº 3.551, que institui o Registro dos Bens Culturais de Natureza Imaterial; e
- as comemorações dos 500 anos do Descobrimento do Brasil e os investimentos promovidos pelo Ministério da Cultura na área do Museu Aberto do Descobrimento - MADE, o que possibilitou a contratação da empresa Andrade e Arantes – Consultoria e Projetos Culturais.

Sob a coordenação do antropólogo Antônio Augusto Arantes, foi realizada uma nova experiência-piloto do inventário, no sítio compreendido pelo MADE, que abrange sete localidades na região de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, na Bahia. Sob a mesma coordenação, aprimorou-se a definição da base conceitual do Inventário e foram criados, testados e aprimorados os formulários, a metodologia e o banco de dados do INRC. Todo o processo foi desenvolvido com base na interlocução permanente entre a equipe técnica interdisciplinar do IPHAN e a equipe dos consultores, sob a supervisão do DID.

O desenvolvimento do Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC significa a disponibilização de um instrumento essencial para a identificação e documentação de bens culturais e, conseqüentemente, para as possibilidades de preservação desses bens. Vale enfatizar que o INRC é um instrumento de identificação de bens culturais tanto imateriais quanto materiais. A indicação de bens para Registro e/ou para Tombamento pode resultar de sua aplicação, mas não obrigatoriamente. O INRC é, antes, um instrumento de conhecimento e aproximação do objeto de trabalho do IPHAN, configurado nos dois objetivos principais que determinaram sua concepção:

1. identificar e documentar bens culturais, de qualquer natureza, para atender à demanda pelo reconhecimento de bens representativos da diversidade e pluralidade culturais dos grupos formadores da sociedade; e
2. apreender os sentidos e significados atribuídos ao patrimônio cultural pelos moradores de sítios tombados, tratando-os como intérpretes legítimos da cultura local e como parceiros preferencias de sua preservação.

Dotado dos instrumentos capazes de atender a estes objetivos, de grande abrangência e complexidade, o Inventário Nacional de Referências Culturais demanda equipes técnicas qualificadas para sua aplicação, sob acompanhamento e supervisão direta e permanente do IPHAN. Nesse sentido, foi formulado e se disponibiliza este Manual, com as devidas explicações dos crité-

rios e instruções sobre a metodologia e demais instrumentos constitutivos do INRC.

O Manual contém as reflexões e explicações formuladas pelo Professor Arantes, bem como a metodologia e o conjunto completo de questionários e formulários auto-explicativos, relacionados às etapas compreendidas pelo Inventário Nacional de Referências Culturais. Recomendamos sua leitura atenta, como também do texto de abertura, “Referências Culturais: base para novas políticas de patrimônio”, de Cecília Londres. O material de aplicação do INRC compreende ainda um disquete com os formulários e questionários em branco para impressão, reprodução e preenchimento.

O Departamento de Identificação e Documentação centralizará o banco de dados do INRC, na forma como procede com os demais inventários do IPHAN, incorporando as informações sistematizadas, produzidas em cada experiência de implantação.

Gostaria de destacar e agradecer o empenho entusiasmado das equipes do DID, do IPHAN e da Andrade e Arantes que participaram do processo e, em especial, o apoio da Diretora da 9ª Sub-regional, Cássia Boaventura, e a recepção atenta e carinhosa proporcionada pela Diretora da 17ª Sub-regional, Salma Paiva e seus auxiliares, durante o seminário interno realizado em Goiás, a Vila Boa.

Por sua abrangência e significado, pode-se afirmar que o Inventário Nacional de Referências Culturais constitui o instrumento mais completo de que dispõem hoje, o Estado e a sociedade brasileira, para identificação e documentação dos bens culturais que constituem o seu patrimônio, abrindo, portanto, novas possibilidades para sua preservação.

Brasília, DF, agosto de 2000

Célia Maria Corsino
Diretora do DID

Referências Culturais: Base Para Novas Políticas de Patrimônio *

Cecília Londres

A proteção de bens culturais de excepcional valor histórico e artístico, em nome do interesse público, é prática social consolidada no Brasil há mais de cinquenta anos. Essa prática, inaugurada pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), não costumava, até os anos setenta, suscitar maiores dúvidas quanto aos princípios que norteavam a aplicação do único instrumento legal disponível: o tombamento. As dificuldades e resistências encontrados pelos pioneiros do SPHAN decorriam sobretudo de protestos à limitação do direito de propriedade e de uso dos bens tombados. Mas a autoridade intelectual e moral dos modernistas que aderiram ao SPHAN e que se apresentavam como defensores do interesse da nação, legitimava a escolha dos bens a serem protegidos nos termos do Decreto-lei no. 25, de 30 de novembro de 1937.

Entretanto, Mário de Andrade já assinalara na proposta entregue ao ministro Gustavo Capanema em 1936 que o patrimônio cultural da nação compreendia muitos outros bens além de monumentos e obras de arte. Anos depois, em fala à Câmara do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Conselho Nacional de Cultura, Rodrigo Melo Franco de Andrade reconhecia que “o acervo dos bens culturais compreendidos no campo de ação do órgão integrante do Conselho ultrapassa largamente a relação numérica dos bens inscritos nos livros do Tombo, bem como a fração dos que devem, por seus requisitos, ser incluídos no tombamento.” (1987:71) Esporadicamente, nas reuniões do Conselho Consultivo do órgão, eram discutidos os limites do tombamento como único instrumento de proteção adequado à diversidade do patrimônio cultural brasileiro. (NOTA 1)

Somente a partir de meados da década de setenta os critérios adotados pelo IPHAN começaram a ser objeto de reavaliações sistemáticas, que levaram à proposta de uma nova perspectiva para a preservação de bens culturais. Essas reavaliações partiam de pessoas vinculadas a atividades “modernas”, como o *design*, a indústria e a informática. (NOTA 2) Entre outras mudanças, foi introduzida no vocabulário das políticas culturais a noção de “referência cultural”, e foram levantadas questões que, até então, não preocupavam aqueles que formulavam e implementavam as políticas de patrimônio.

Indagações sobre quem tem legitimidade para selecionar o que deve ser preservado, a partir de que valores, em nome de que interesses e de que grupos, passaram a pôr em destaque a dimensão social e política de uma atividade que costuma ser vista como eminentemente técnica. Entendia-se que o patrimônio cultural brasileiro não devia se restringir aos grandes monumentos, aos testemunhos da história “oficial”, em que sobretudo as elites se reconhecem, mas devia incluir também manifestações culturais representativas para os outros grupos que compõem a sociedade brasileira – os índios, os negros, os imigrantes, as classes populares em geral.

Quando se fala em “referências culturais”, se pressupõem sujeitos para os quais essas referências façam sentido (referências para quem?). Essa perspectiva veio deslocar o foco dos bens – que em geral se impõem por sua monumentalidade, por sua riqueza, por seu “peso” material e simbólico – para a dinâmica de atribuição de sentidos e valores. Ou seja, para o fato de que os bens culturais não valem por si mesmos, não têm um valor intrínseco. O valor lhes é sempre atribuído por sujeitos particulares e em função de determinados critérios e interesses histórica-

mente condicionados. Levada às últimas conseqüências, essa perspectiva afirma a relatividade de qualquer processo de atribuição de valor – seja valor histórico, artístico, nacional, etc. – a bens, e põe em questão os critérios até então adotados para a constituição de “patrimônios culturais”, legitimados por disciplinas como a história, a história da arte, a arqueologia, a etnografia, etc. (NOTA 3) Relativizando o critério do saber, chamava-se a atenção para o papel do poder.

Neste texto, parto do pressuposto de que ocorreu no Brasil, nos anos setenta, uma reorientação de uma prática implementada pelo Estado desde 1937 – a preservação de bens culturais – reorientação que, embora estivesse em consonância com mudanças nos diferentes campos das ciências sociais – a história, e sobretudo a antropologia – partiu de agentes vinculados a outras áreas (o *design*, a indústria, a informática) e no exercício de uma prática institucional e política. A noção de “referência cultural”, entre outras, foi incorporada por esses agentes a seu discurso, como um dos emblemas de sua proposta. Pouco explorada enquanto conceito, tornou-se porém a marca de uma postura inovadora em relação à noção de “patrimônio histórico e artístico”, na medida em que, naquele momento, remetia primordialmente ao patrimônio cultural não consagrado. A noção de “referência cultural”, e as inúmeras experiências que, em seu nome, foram realizadas, serviram de base, juntamente com a releitura das posições de Mário de Andrade no seu anteprojeto para um Serviço do Patrimônio Artístico Nacional e na sua atuação no Departamento de Cultura, para a definição de patrimônio cultural expressa no artigo 216 da Constituição Federal de 1988, que alarga o conceito ao falar de “bens culturais de natureza material e *imaterial*” (o grifo é nosso).

Entretanto, o cumprimento do preceito constitucional implica em regulamentação no que diz respeito à preservação dos bens culturais de natureza imaterial, para os quais instrumentos de proteção de caráter restritivo, como é o tombamento, são inadequados. É preciso criar formas de identificação e de apoio que, sem tolher ou congelar essas manifestações culturais, nem aprisioná-las a valores discutíveis como o de autenticidade, favoreçam sua continuidade. Por esse motivo, considero que retomar a experiência relativamente recente do CNRC, e tentar avançar no entendimento da noção de referência cultural, pode contribuir para alcançar esse objetivo.

1. A NOÇÃO DE REFERÊNCIA CULTURAL

1.1. Sobre os sentidos do termo “referência”

O termo “referência” é de uso corrente na linguagem cotidiana, pelo menos em um registro culto. Etimologicamente, vem do verbo latino *referre*, que significa “levar”, “transferir”, “remeter”. Pressupõe uma relação entre dois termos, um movimento em determinada direção.

Na linguagem corrente, o termo “referências” é sinônimo de informações (pedir referências sobre um candidato); em uma biblioteca, “obras de referência” são obras de consulta, que esclarecem sobre uma linguagem, um determinado assunto, etc.; quando cientistas mencionam “centros de referência” em sua área, isso significa “modelo”, padrão de qualidade, remissão obrigatória quando se estuda aquele assunto; quando dizemos que um determinado indivíduo ou grupo perdeu seus “pontos de referência”, isso indica uma crise de identidade, um desenraizamento, em geral decorrente de uma mudança significativa: transferência para local desconhecido, alteração de situação social, em suma, uma perda importante.

Em sentido conotativo, “referência” evoca a idéia de um ponto de apoio ou de encontro, base, e, por extensão, uma “verdade” consensualmente aceita por um determinado grupo, ou uma autoridade coletivamente reconhecida. Aponta, portanto, para uma convergência de pontos de vista.

Os termos “referência” e “referente” são elaborados como conceitos pela filosofia, ba-

sicamente pela Lógica e pela Filosofia da Linguagem, com Gottlob Frege, Bertrand Russell, etc.; pela Lingüística, por Saussure, Ogden e Richards, Jakobson, etc.; pela Psicologia e pelas Ciências Sociais. (Cf. MORA, 1994:623-628)

Na base de todas essas elaborações está uma questão central para a epistemologia: é possível pensar em “referências” e sobretudo em “referentes” independentes da linguagem?

Tanto na filosofia da linguagem quanto na lingüística, há os que recorrem às noções de “referência” e de “referente” para designar o que existiria independentemente do pensamento e da linguagem, a “realidade externa”, o “mundo”.

A base dessa concepção é um dos pressupostos da filosofia moderna: o de que a mente humana se caracteriza por “espelhar”, por “refletir” o mundo, o que redundaria em conceber o conhecimento como a representação correta da realidade. (NOTA 4)

As teorias referencialistas da significação foram contestadas tanto no campo da lingüística quanto no da filosofia, para o que contribuíram o desenvolvimento da psicanálise e da antropologia. Passou-se a questionar a possibilidade de se pensar e conhecer uma realidade anterior e externa a qualquer interpretação.

Para os cientistas que atribuem à linguagem uma posição central na produção do conhecimento, e não apenas como veículo, só é possível falar do mundo, representá-lo, através da linguagem. São códigos lingüísticos e contextos referenciais compartilhados – e não o contato e a apreensão “correta” de uma mesma realidade externa – que permitem a comunicação. Logo, só é possível conhecer o que é verbalizável, só é real o que pode ser dito. O papel do sujeito que “diz” assume, nesse contexto, uma nova importância.

Entretanto os termos “referência” e “referente” continuam conotando “univocidade”, “transparência” da comunicação em relação ao que se quer dizer. Para o lingüista Roman Jakobson, (1963:209-248) quando um enunciado é compreendido sem ambigüidade – como, por exemplo, quando digo “hoje é dia 11 de fevereiro” – predomina a função referencial da comunicação. Mas essa univocidade e essa clareza não derivam, para Jakobson, de uma relação entre palavra e realidade externa, e sim do domínio, pelos interlocutores, dos mesmos códigos lingüísticos e das mesmas convenções e significações cristalizadas. Por exemplo, se a mesma informação fosse formulada em russo, ou se a mesma idéia – falar do tempo presente – fosse transmitida com base em outro calendário, possivelmente não se realizaria a comunicação, pelo menos para o mesmo audiotório. Logo, o fato de se compartilhar um universo de significações – ou de “referências” – propicia a comunicação, e, simbolicamente, a coesão entre diferentes sujeitos.

Por outro lado, aceitar a centralidade do discurso, e o axioma de que todo conhecimento é produzido a partir de um lugar, em uma enunciação, levanta novos problemas para a epistemologia (como distinguir o verdadeiro do falso?) e para a ética (como discriminar o bom do mau, o melhor do pior?). O grande debate, hoje, nas ciências humanas, e que tem extensão na política e no direito, é entre o reconhecimento de valores universais e a afirmação de que todos os valores (e todo conhecimento) são relativos.

1.2. Sobre a noção de “referência cultural”

A expressão “referência cultural” tem sido utilizada sobretudo em textos que têm como base uma concepção antropológica de cultura, e que enfatizam a diversidade não só da produção material, como também dos sentidos e valores atribuídos pelos diferentes sujeitos a bens e práticas sociais. Essa perspectiva plural de algum modo veio “descentrar” os critérios, considerados objetivos, porque fundados em saberes considerados legítimos, que costu-

mavam nortear as interpretações e as atuações no campo da preservação de bens culturais.

Por exemplo, no caso de inventários em sítios históricos urbanos, quando o que está em jogo não é apenas a proteção de determinados bens – sejam bens arquitetônicos isolados, sejam acervos de bens móveis – mas o reordenamento de um espaço, a questão é ainda mais complexa, pois implica a administração de interesses distintos, e a interferência no destino de uma região e dos que nela habitam. Trata-se de produzir um conhecimento para iluminar uma intervenção. (NOTA 5)

Ao se incluir nesse conhecimento a identificação de “referências culturais”, deseja-se que, nessa intervenção, seja levada em conta não apenas a consideração do valor histórico e artístico dos bens. Mesmo que a isso se acrescente uma preocupação com a racionalidade econômica e social da intervenção, é possível que os inventários deixem de fora a dimensão simbólica daquele espaço para seus habitantes, necessariamente plural e diversificada. Pois, do ponto de vista da cultura, considerar apenas a concentração, em uma determinada área, de um número significativo de monumentos excepcionais, de algum modo a “desvitaliza”, uma vez que se deixa, assim, de apreender em toda a sua complexidade, a dinâmica de ocupação e de uso daquele espaço.

Logo, quando não se trata de solo virgem, inexplorado, mas de regiões que têm história, tradições, ou seja, quando se trata de um solo “cultivado”, que tem cultura inscrita nele, pensar em uma intervenção, mesmo que seja com o objetivo de “preservar o patrimônio”, implica em uma reorientação do uso desse solo. Trata-se de levar em conta um ambiente, que não se constitui apenas de natureza – vegetação, relevo, rios e lagos, fauna e flora, etc. – e de um conjunto de construções, mas sobretudo de um processo cultural – ou seja, a maneira como determinados sujeitos ocupam esse solo, utilizam e valorizam os recursos existentes, como constroem sua história, como produzem edificações e objetos, conhecimentos, usos e costumes.

Embora essas informações só possam ser apreendidas a partir de manifestações materiais, ou “suportes” – sítios, monumentos, conjuntos urbanos, artefatos, relatos, ritos, práticas, etc. – só se constituem como “referências culturais” quando são consideradas e valorizadas enquanto marcas distintivas por sujeitos definidos.

Falar em referências culturais nesse caso significa, pois, dirigir o olhar para representações que configuram uma “identidade” da região para seus habitantes, e que remetem à paisagem, às edificações e objetos, aos “fazeres” e “saberes”, às crenças, hábitos, etc.

Referências culturais não se constituem, portanto, em objetos considerados em si mesmos, intrinsecamente valiosos, nem apreender referências significa apenas armazenar bens ou informações. Ao identificarem determinados elementos como particularmente significativos, os grupos sociais operam uma ressemantização desses elementos, relacionando-os a uma representação coletiva, a que cada membro do grupo de algum modo se identifica.

O ato de apreender “referências culturais” pressupõe não apenas a captação de determinadas representações simbólicas como também a elaboração de relações entre elas, e a construção de sistemas que “falem” daquele contexto cultural, no sentido de representá-lo. (NOTA 6) Nessa perspectiva, os sujeitos dos diferentes contextos culturais têm um papel não apenas de *informantes* como também de *intérpretes* de seu patrimônio cultural. Na segunda parte deste texto, a partir de exemplos, vou tentar apresentar melhor esse raciocínio.

O conhecer é o primeiro passo para “proteger” essas referências – pois é preciso antes de mais nada identificá-las, enunciá-las. Entretanto, como a dimensão simbólica do espaço costuma ser mais “vívida” que conhecida, e também porque sua consideração pode limitar a realização de interesses outros (como a valorização do solo como mercadoria,

para construção de novas edificações), essa dimensão raramente é levada em conta no planejamento urbano. São, inclusive, valores que só costumam ser conscientizados quando se supõe a iminência da perda (Cf. GONÇALVES, 1996), como ocorreu, por exemplo, nos anos trinta, quando alguns intelectuais modernistas perceberam que o processo de urbanização e o abandono das cidades históricas mineiras ameaçava destruir irremediavelmente o legado da arte barroca do período colonial.

Entretanto, como a preservação de bens culturais não atende a um interesse meramente museológico ou etnográfico, o conhecer – que se vale do saber já consolidado das diferentes ciências – é um passo necessário mas não suficiente para uma intervenção. Nesse ponto, o político vai se aliar ao saber – o que não significa que a dimensão política não estivesse já presente, de algum modo, no momento do conhecer. (NOTA 7)

Preservar traços de sua cultura é também, hoje sabemos, uma demonstração de poder. (NOTA 8) Pois são os poderosos que não só conseguem preservar as marcas de sua identidade como, muitas vezes, chegam até a se apropriar de referências de outros grupos (no caso do Brasil, de índios e negros), ressemantizando-as na sua interpretação. Isso quando não recorrem simplesmente à destruição dos vestígios da cultura daqueles que desejam submeter. É do lugar da hegemonia cultural que se constroem representações de uma “identidade nacional”.

Portanto, se consideramos a atividade de identificar referências e proteger bens culturais não apenas como um saber, mas também como um poder, cabe perguntar: quem teria legitimidade para decidir quais são as referências mais significativas e o que deve ser preservado, sobretudo quando estão em jogo diferentes versões da identidade de um mesmo grupo?

O Estado tradicionalmente delega aos intelectuais essa função. São eles os encarregados de criar museus, arquivos, tomar bens, etc. Esses espaços – e os bens neles preservados – tornam-se assim públicos, mas cabe perguntar quão públicos na realidade são.

Só muito recentemente a defesa de valores como a qualidade de vida, a proteção do meio-ambiente, e a preservação de referências culturais que não apenas as de valor “excepcional” (leia-se, do ponto de vista daqueles que detem o poder de assim defini-las), passou a ser entendida como direito do cidadão, que pressiona o poder público no sentido de assegurar para si o gozo desses direitos. As referências culturais de grupos antes sem voz própria (as chamadas “minorias”) começam a ser reconhecidas nos textos legais como objetos de direitos. Como se trata, em linguagem jurídica, de “interesses difusos”, de aferição subjetiva, sua definição para fins de proteção constitui um problema complexo, dificilmente solucionável através da transposição de modelos.

O fato é que o princípio exclusivo de autoridade – seja ela científica, religiosa, fincada na tradição, ou mesmo política (o Estado agindo em nome da Nação) – já não se sustenta em uma sociedade que se queira democrática. Por outro lado, a ausculta de outras “vozes”, a consideração de outros interesses que não os dos grupos de maior poder econômico e/ou intelectual, só é possível quando a própria sociedade se organiza com essa finalidade.

Nesse sentido, o reconhecimento, de um lado, da diversidade de contextos culturais, da pluralidade de representações desses contextos, e do conflito dos interesses em jogo, e, de outro lado, da necessidade de se definir um consenso – o que preservar, com que finalidade, qual o custo, etc. – pressupõe a necessidade de se criarem espaços públicos, não apenas para usufruto da comunidade, como para as próprias tomadas de decisão. Processo complexo e nem sempre viável, mas em princípio possível, hoje, quando descentralização e organização da sociedade civil são palavras de ordem que estão, aos poucos, se tornando realidade. Nesse contexto, tanto a autoridade do saber (dos intelectuais) quanto do poder (o Estado e a sociedade, através de suas formas de representação política) têm participação fundamental no processo de seleção do

que deve ser preservado, mas não constituem poderes decisórios exclusivos. Podemos dizer que, a partir dos anos setenta, o eixo do problema da preservação se deslocou de uma esfera eminentemente técnica para um campo em que a negociação política tem reconhecido o seu papel.

Se nos anos 90 o processo mencionado acima não é mais apenas uma utopia – como algumas iniciativas, em vários locais, vêm demonstrando – ainda o era nos anos 70, em pleno regime militar, quando foi criado o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), posteriormente incorporado à Fundação Nacional Pró-memória (FNPM). É sobre esse pano-de-fundo, e a partir de uma perspectiva crítica, mas que leva em conta os limites daquele momento, que vou falar da experiência de trabalho do CNRC e da FNPM, de que tive o privilégio de participar.

2. A EXPERIÊNCIA DO CNRC

Ao ser criado, em 1º de julho de 1975, o CNRC definia como seu objetivo “o traçado de um sistema referencial básico para a descrição e análise de dinâmica cultural brasileira”. (Cf. MEC/SPHAN/FNPM,1980; Magalhães, 1985; Fonseca,1997)

A escolha do termo “referência” para caracterizar a atividade do Centro tinha um interesse estratégico naquele momento: tratava-se de se distinguir das instituições oficiais, “museológicas”, e propor uma forma nova e moderna de atuação na área de cultura. Tudo – o objeto, o método, a forma de trabalhar e arregimentar pessoal, e mesmo o formato institucional – se propunha como diferenciado. E Aloísio Magalhães soube, com sua habilidade, conseguir, para a realização dessa experiência, o apoio de setores mais esclarecidos do governo militar, com o do então Ministro da Indústria e Comércio, Severo Gomes, e, posteriormente, do Ministro da Educação e Cultura Eduardo Portella e dos generais Golbery do Couto e Silva e Rubem Ludwig.

Nos primeiros tempos, outras visões sobre o trabalho do CNRC se contrapunham à concepção de Aloísio Magalhães. Para o embaixador Vladimir Murtinho, e também para o ministro Severo Gomes, o trabalho do CNRC deveria assumir uma feição predominantemente etnográfica e bem mais modesta. Predominou, no entanto, na fase inicial, a visão de Fausto Alvim Júnior, matemático com especialização em informática.

Os fundamentos que justificavam a existência do CNRC foram sendo formulados por Aloísio Magalhães, com a colaboração dos funcionários do CNRC e de consultores externos, e a partir das experiências de trabalho, durante a segunda metade dos anos 70. Para Aloísio, havia ocorrido, nas décadas de 50 e 60, um “achatamento” de valores, uma homogeneização da cultura. De um lado se tinha a cultura “oficial” referida a um passado “morto”, que era museificado. De outro, se verificava a absorção acrítica dos valores exógenos, da modernização, da tecnologia e do mercado. A reação a esse processo devia ser buscada na cultura, domínio do particular, da diversidade. Mas não na cultura “morta” do patrimônio do passado, referências concretas porém estáticas e distantes da nacionalidade. Era preciso buscar as raízes vivas da identidade nacional exatamente naqueles contextos e bens que o SPHAN excluía de sua atividade, por considerar estranhos aos critérios (histórico, artístico, de excepcionalidade) que presidiam os tombamentos.

Para Aloísio Magalhães, o Brasil ocupava, entre os países, uma posição privilegiada em termos de perspectiva de desenvolvimento. Aqui coexistiam, naquele momento, tanto o mundo avançado da tecnologia e da indústria quanto o mundo das tradições populares, do fazer artesanal. No projeto do CNRC se pretendia cruzar esses dois mundos – o recurso às mais modernas tecnologias para recuperar e proteger as raízes autênticas da nacionalidade – com o objetivo de fornecer indicadores para um desenvolvimento apropriado. (MAGALHÃES, 1985)

Desde os primeiros anos, o trabalho realizado no CNRC foi objeto de avaliações solicitadas a especialistas brasileiros e estrangeiros, muitos dos quais levantavam questões sobre a metodologia proposta. (NOTA 9). Entre os brasileiros, sobretudo nos meios acadêmicos, havia desconfianças quanto a um projeto cultural desenvolvido com o apoio de um governo autoritário.

O fato, porém, é que o principal interlocutor do CNRC era o Estado, então o protagonista dos projetos de desenvolvimento para o país. É o discurso de Aloísio Magalhães encontrou receptividade junto a esses interlocutores.

As referências que o CNRC se propunha a apreender eram as da cultura em sua dinâmica (produção, circulação e consumo) e na sua relação com os contextos socio-econômicos. Ou seja, um projeto bastante complexo e ambicioso, e que visava exatamente aqueles bens que o IPHAN considerava fora de sua escala de valores. E, gradualmente, a preocupação com os “novos patrimônios” (NOTA 10) passou a incluir os sujeitos a que se referiam esses patrimônios, primeiro com a idéia de “devolução” dos resultados das pesquisas às populações interessadas e, posteriormente, com sua participação enquanto parceiros (Cf. MEC, 1983). Infelizmente, inúmeros projetos desenvolvidos pelo CNRC não chegaram a essa fase, ficando seus relatórios e eventuais resultados guardados nas gavetas.

O projeto **Tecelagem manual no Triângulo Mineiro**, desenvolvido no âmbito do Programa “Tecnologias Patrimoniais”, foi dos poucos trabalhos realizados em que todas as fases propostas foram cumpridas, sendo possível uma avaliação da experiência. (Cf. FNPM, 1984; Maureau, 1986). Presta-se, portanto, a ser apresentado aqui como subsídio para uma proposta de inventário de referências culturais e como base para o estudo de formas de apoio ao patrimônio imaterial.

Tinha-se, nesse caso, um campo claramente delimitado – uma prática específica numa região definida – e objetivos bem modestos – documentar e compreender essa atividade, no sentido de fornecer subsídios a eventuais projetos de incentivo.

A uma coleta minuciosa de informações (sobre a tecnologia, os padrões, os produtos, as diferentes orientações da prática, a história, os contextos onde essas práticas se davam, as tecedeiras, etc.) se aliou uma pesquisa dos meios de documentação mais adequados para registrar as informações (fotos, desenhos, vídeo, textos, uso do computador para reproduzir padrões, etc.).

Partia-se do pressuposto de que só era possível entender as diferentes orientações da prática atual de tecelagem se essas orientações fossem relacionadas à evolução da tecnologia desde sua introdução no Brasil, às possibilidades e limites do equipamento e da técnica, e às necessidades – materiais e simbólicas – que a manutenção dessa prática vinha atender no momento atual. Essas informações eram imprescindíveis para se pensar em eventuais formas de apoio e incentivo a essa atividade que fossem adequadas à sua especificidade.

Uma característica da pesquisa, e que se revelou fundamental para a apreensão dessa especificidade, como também para criar uma ponte de diálogo com as tecedeiras, foi o centramento na tecnologia. A descrição minuciosa de todo o processo de fabricação de tecidos, além de propiciar a recuperação desse fazer (de modo a registrá-lo e a possibilitar sua eventual reprodução em outros locais ou por pessoas desejosas de aprender a tecer) foi um caminho seguro para se avaliar o potencial e os impasses atuais dessa atividade na região. (Cf. MAUREAU, 1986)

Nossa hipótese era de que se tivéssemos partido de categorias mais genéricas e/ou abstratas – mas que podiam se constituir em “a priori” – como indagar se se trata de artesanato ou

indústria caseira, se a produção atual conserva sua “autenticidade”, ou mesmo tentar captar diretamente o imaginário das tecedeiras, as representações que constroem sobre o “tecer” – essa postura poderia ter levado a pesquisa a reproduzir modelos de análise estranhos à maneira como as tecedeiras encaram sua atividade, deixando de fora o que seria a maior riqueza e a mais importante contribuição de uma pesquisa como essa – a apreensão dos sentidos que as tecedeiras, implícita e explicitamente, atribuem à sua prática com a tecelagem. Possivelmente, não se teria reunido, com a mesma segurança, os elementos – no caso, as referências – para se avaliar possíveis intervenções no sentido de preservar ou não essa atividade – seja fomentando a prática tradicional, seja indicando sua reorientação visando a um novo objetivo (mercado de bens artesanais). (NOTA 11)

É importante frisar que não se partia também de “a priori” que costumam estar presentes tanto nas pesquisas feitas pelos folcloristas quanto pelos planejadores econômicos: seja a defesa incondicional da necessidade de se proteger produtos e modos de vida “autênticos, numa visão idealizada da cultura popular; seja a redução da atividade artesanal a um tipo de trabalho anacrônico, mas que poderia representar alternativa economicamente viável – em função do mercado de produtos artesanais, alimentado pelas classes média e alta e sobretudo em função do turismo – para ocupar mão-de-obra não qualificada.

Em ambos os casos, o foco estaria em valores externos aos dos produtores e usuários habituais, e talvez fora das possibilidades daquela situação específica.

No início da pesquisa, que incorporou a contribuição do trabalho já realizado por Edmar de Almeida, partia-se apenas de uma perplexidade – por que ainda se tece no Triângulo Mineiro, já que economicamente essa atividade não é mais compensadora? – e de uma indagação – haverá condições e haverá interesse, sobretudo por parte das tecedeiras, em intervenções com o objetivo de preservar essa atividade?

Os resultados indicaram que o retorno mais produtivo da pesquisa, do ponto de vista das tecedeiras, seria um catálogo que reunisse padrões e códigos para tecer os produtos, permitindo-lhes assim dispor tanto de uma coleção maior que a que qualquer uma delas poderia reunir individualmente, quanto de um mostruário do que podiam tecer, para dialogar com seus eventuais fregueses. Outros produtos – como a publicação e o vídeo – dirigiam-se a outras esferas de público, com o objetivo, além de registro, de propiciar aos eventuais consumidores uma melhor compreensão do que é a tecelagem manual, aproximando, assim, a demanda, daquilo que o produtor pode efetivamente oferecer. Ou, em outros termos, revelando a especificidade cultural do que costuma ser buscado como mera mercadoria, em geral por seu caráter exótico, popular ou folclórico, uma vez que o consumidor costuma projetar sobre a atividade artesanal valores que muitas vezes são estranhos àquele universo (como a originalidade no caso da tecelagem). (NOTA 12)

Em termos gerais, a pesquisa com a tecelagem, assim como outras realizadas sobre a cerâmica, o trançado indígena e o artesanato de reciclagem de pneus, veio mostrar a impossibilidade de se reduzir diferentes atividades a um único modelo de interpretação. Pois justamente o que distingue as produções pré-industriais da produção industrial é sua diversidade, em função de sua adequação ao meio-ambiente, às necessidades do momento, a um universo simbólico, etc. Ou seja, a tentativa de apreender as referências culturais que caracterizam a tecelagem manual em teares de quatro pedais tal como é praticada no Triângulo Mineiro partia do pressuposto de que, sob uma capa de “resistência”, de reiteração de gestos e produtos, se desenvolvia uma dinâmica específica. Essa perspectiva está bem distante de uma visão – que é a que costuma ser adotada pelos folcloristas – que interpreta as manifestações da cultura popular a partir de uma noção mítica de tempo, enfatizando o seu caráter repetitivo, opondo tradição a mudança. Ao tentarem resgatar ou preservar a “autenticidade” dessas manifestações, esses estudiosos na verdade estão

tentando preservar seus próprios valores, convertendo a cultura popular em símbolo de um tempo perdido e em refúgio para a vida moderna. (NOTA 13)

Orientar um trabalho de preservação a partir da noção de “referência cultural” – tal como foi entendida neste texto – significa buscar formas de se aproximar do ponto-de-vista dos sujeitos diretamente envolvidos com a dinâmica da produção, circulação e consumo dos bens culturais. Ou seja, significa, em última instância, reconhecer-lhes o estatuto de legítimos detentores não apenas de um “saber-fazer”, como também do destino de sua própria cultura. Não é preciso chamar a atenção para as implicações políticas dessa perspectiva, nem para seus limites em situações concretas, quando até o termo “comunidade” pode servir para encobrir interesses de grupos locais mais poderosos, de autoridades políticas, etc.

Essas experiências de trabalho, iniciadas no CNRC e incorporadas à Fundação Nacional Pro-memória, criada em 1979, contribuíram para a elaboração do documento *Diretrizes para operacionalização da política cultural do MEC*, de 1983, fruto do trabalho coletivo das várias instituições que integravam a Secretaria de Cultura do MEC, criada em 1981 e entregue a Aloísio Magalhães. Nesse documento, é claramente afirmado o princípio da parceria entre Estado e comunidade na produção, preservação e promoção dos bens culturais, o que, no entender de alguns, soava falso em um período de ditadura militar. Além disso, criticava-se também uma imagem idealizada da cultura popular, que obscurecia a dimensão da subalternidade, das contradições e dos conflitos com que esses grupos se debatiam. Na verdade, o discurso da participação revelava claramente o seu caráter contraditório: enunciado pelo Estado, só podia, no entanto, ser concretizado por iniciativa da sociedade.

3. CONCLUSÃO

Resumindo, espero que tenha ficado claro que não entendo referências culturais como objetos ou práticas, nem como dados coletados sobre esses bens. Um Centro de Referências Culturais não se confundiria com um museu ou um banco de dados.

A noção de “referência cultural” pressupõe a produção de informações e a pesquisa de suportes materiais para documentá-las, mas significa algo mais: um trabalho de elaboração desses dados, de compreensão da ressemantização de bens e práticas realizadas por determinados grupos sociais, tendo em vista a construção de um sistema referencial da cultura daquele contexto específico. Nesse processo, a situação de diálogo que necessariamente se estabelece entre pesquisadores e membros da comunidade propicia uma troca de que todos sairão enriquecidos: para os agentes externos, valores antes desconhecidos virão ampliar seu conhecimento e compreensão do patrimônio cultural; e para a comunidade, esse contato pode significar a oportunidade de identificar e valorizar partes do acervo material e simbólico que constitui uma riqueza às vezes desconhecida ou não devidamente avaliada.

Aprender referências culturais significativas para um determinado grupo social pressupõe não apenas um trabalho de pesquisa, documentação e análise, como também a consciência de que possivelmente se produzirão leituras, versões do contexto cultural em causa, diferenciadas e talvez até contraditórias – já que dificilmente se estará lidando com uma comunidade homogênea.

Reconhecer essa diversidade não significa que não se possa avaliar, distinguir e hierarquizar o saber produzido. Haverá sempre referências que serão mais marcadas e/ou significativas, seja pelo valor material, seja pelo valor simbólico envolvidos. Por outro lado, bens aparentemente insignificantes podem ser fundamentais para a construção da identidade social de uma comunidade, de uma cidade, de um grupo étnico, etc. Ou seja, é preciso definir um ponto-de-vista para organizar o que se quer identificar, e para isso é

preciso definir um determinado recorte ou recortes – como, por exemplo, o trabalho, a religiosidade, a sociabilidade – o que, evidentemente, vai indicar uma determinada compreensão do campo que se quer mapear. (NOTA 14)

Concluindo, acredito que pensar a preservação de bens culturais a partir da identificação de referências culturais – do modo como essa noção foi entendida neste texto – significa adotar uma postura antes preventiva que “curativa”. Pois trata-se de identificar, na dinâmica social em que se inserem bens e práticas culturais, sentidos e valores vivos, marcos de vivências e experiências que conformam uma cultura para os sujeitos que com ela se identificam. Valores e sentidos esses que estão sendo constantemente produzidos e reelaborados, e que evidenciam a inserção da atividade de preservação de bens culturais no campo das práticas simbólicas.

Brasília, julho de 2000
Cecília Londres

* Texto adaptado de comunicação feita no seminário *Preservação e Desenvolvimento*, promovido pelo Centro de Referência Ambiental de Joaquim Igídio, realizado em Campinas em 11 e 18 de fevereiro de 1995.

NOTAS

1. Cf. pareceres de Paulo Thedim Barreto e de Luis de Castro Farias sobre a Igreja de N.S. da Penha e do Santuário de Bom Jesus da Lapa, respectivamente, no livro de atas do Conselho Consultivo do IPHAN
2. Refiro-me aqui ao grupo mencionado por Aloísio Magalhães (MAGALHÃES, 1985:109) que se reunia em Brasília, em conversas informais, preocupados com a questão da cultura brasileira. Desse grupo – que deu origem ao Centro Nacional de Referência Cultural – participavam, além do próprio Aloísio, artista plástico e “designer”, o empresário Severo Gomes, então ministro da Indústria e Comércio do governo Geisel, o embaixador Vladimir Murtinho, então Secretário de Educação e Cultura do governo do Distrito Federal, e, posteriormente, o matemático e especialista e informática Fausto Alvim Júnior, professor da Universidade de Brasília.
3. É preciso considerar, porém, que também essas ciências foram, nas últimas décadas, objeto de revisões críticas, e de questionamento tanto de seu objeto quanto de sua metodologia e do estatuto de seus autores. (Cf. Le Goff & Nora, 1979)
4. A teoria do reflexo, base da estética do húngaro G. Lukacs é um exemplo dessa posição.
5. Cf. LONDRES, Cecília. A noção de referência cultural nos trabalhos de inventário. In: Motta, Lia & Silva, Maria Beatriz Resende (org.), 1998: 27-39
6. O SPHAN considerava os bens que tombava como referências da nacionalidade. Segundo Rodrigo Melo Franco de Andrade, esses bens são “documentos de identidade da nação.” (ANDRADE, 1978:57)
7. Nesse sentido, seria interessante verificar como são representados, por exemplo, o Ocidente e o Oriente na Lista do Patrimônio Cultural da Humanidade, da UNESCO.
8. Considero a resistência da cultura judaica, durante séculos, em condições bastante adversas, e a recente instalação do Museu do Holocausto num espaço simbolicamente tão significativo como o Mall, em Washington, também uma demonstração desse poder.
9. Bárbara Freitag e Fausto Alvim Júnior, ambos funcionários do CNRC, procuraram na Alemanha e nos Estados Unidos, respectivamente, colher opiniões de especialistas (entre os quais estavam Abraham Moles e Mex Bense) sobre a proposta do Centro. Os relatos desses contatos foram apresentados nos Relatórios Técnicos nº 2, 4 e 8
10. Termo usado na França a partir das últimas décadas para se referir a bens que, até então, não eram objeto das políticas de patrimônio (fábricas, usinas, habitações rurais, etc.)
11. No caso da tecelagem, por exemplo, verificou-se que, conforme a orientação da atividade – se a tecedeira tece apenas para si, e prestando serviços a outras mulheres, ou se produz para vender para um público externo – sua “leitura” da tecelagem é bastante diferente.
12. À diferença, por exemplo, do trabalho em cerâmica, em que o artesão tem grande margem para criar modelos, no caso da tecelagem o que caracteriza seus produtos é a reprodução dos elaborados padrões repassos, cuja tradição, trazida de Portugal, remonta a vários séculos. A criatividade das tecedeiras se manifesta em detalhes como a escolha das cores, repetições na pedalagem, etc. mas é bastante restrita.
13. A análise de Aloísio Magalhães sobre o artesanato esclarece essa posição: “Eu acho que artesanato é a tecnologia de ponta de um contexto em determinado processo histórico. (...) Então, o artesanato é um momento da trajetória, e não uma coisa estática. A política paternalista de dizer que o artesanato deve permanecer como tal é uma política errada; culturalmente é impositiva porque somos nós, de um nível cultural, que apreciamos aquele objeto pelas suas características, gostaríamos que ele ficasse ali.” (MAGALHÃES, 1985:172)
14. Bom exemplo dessa opção metodológica é o trabalho realizado pelo CEDEC, em parceria com o IPHAN, visando ao resgate do patrimônio imaterial no estado de São Paulo (CEDEC/IPHAN, 1999), que, ao delimitar o campo com a noção “cultura do trabalho”, destaca a contribuição específica daquele estado à cultura brasileira.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Rodrigo e o SPHAN. Rio de Janeiro, MinC-SPHAN- FNPM, 1987.
- ARANTES, Antônio Augusto, org.. Produzindo o passado. São Paulo, Brasiliense, 1984
- CEDEC/IPHAN. Parâmetros metodológicos para o resgate do patrimônio imaterial no Estado de São Paulo. São Paulo, 1999.
- CENTRO NACIONAL DE REFERÊNCIA CULTURAL. Bases para um trabalho sobre o artesanato brasileiro hoje. Brasília, 1980.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. O patrimônio em processo. Rio de Janeiro, URRJ/IPHAN, 1997.
- FUNDAÇÃO NACIONAL PRO-MEMÓRIA. Tecelagem manual no Triângulo Mineiro. Brasília, 1984
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. A retórica da perda. Rio de Janeiro, URRJ/IPHAN, 1996
- JAKOBSON, Roman. Linguistique et poétique. In: Essais de linguistique générale. Paris, Minuit, 1963. Pp. 209-248
- LE GOFF, Jacques & Nora, Pierre. História: novos problemas. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1979, 2ª ed.
- LUKÁCS, Georg. Problemas del realismo. México, Fondo de Cultura Economico. 1966
- MAGALHÃES, Aloísio. E Triunfo? Rio de Janeiro, Nova Fronteira, Brasília, FNPM, 1985
- MAUREAU, Xavier. Tecelagem manual no Triângulo Mineiro: uma política sistemática de inventário tecnológico. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional 21, 1986, pp. 56-63
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Diretrizes para operacionalização da política cultural do MEC. Brasília, 1981.
- MORA, José Ferrater. Dicionário de filosofia. São Paulo, Martins Fontes, 1994
- MOTTA, Lia & SILVA, Maria Beatriz Resende. Inventários de Identificação. Rio de Janeiro, IPHAN, 1998.

Introdução

O presente trabalho foi desenvolvido a partir de dois pressupostos. Primeiro, que o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) a ser implantado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) tem por objetivo identificar, documentar e registrar sistematicamente *os bens culturais expressivos da diversidade cultural brasileira*. Segundo, que o delineamento dos objetos específicos desse levantamento deve fundamentar-se nas categorias de bens culturais destacadas pelo Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial (GTPI),¹ criado pelo Ministério da Cultura, que são as seguintes:

1. **Saberes** e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;
2. **Celebrações**, festas e folguedos que marcam espiritualmente a vivência do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e da vida cotidiana;
3. **Linguagens** musicais, iconográficas e performáticas;
4. **Espaços** em que se produzem as práticas culturais.

Nesse contexto, o uso da noção de *referência*, proposto pelos consultores ao IPHAN como forma de evitar os impasses metodológicos decorrentes das imprecisões inerentes à noção de *patrimônio imaterial* inicialmente utilizado, recupera a experiência acumulada pelo IPHAN através das atividades do Centro Nacional de Referência Cultural² (de 1975 a 1979) e, posteriormente, por meio de levantamentos realizados pelo Departamento de Identificação e Documentação, tais como os levantamentos realizados no núcleo histórico do Serro (MG) em 1995 e, em Diamantina (MG) e Goiás (GO), em 1998. Essa trajetória – que vem se desenvolvendo portanto há mais de duas décadas –, resulta de um esforço no sentido de resgatar, identificar e incorporar, nas políticas de patrimônio, os múltiplos sentidos que a vida social constrói em torno e a propósito das estruturas de pedra e cal e da paisagem natural. É essa também a meta e a razão de ser deste trabalho.

A elaboração de uma proposta metodológica para tal inventário tem necessariamente como ponto de partida a conceituação de seu objeto à luz da teoria desenvolvida pelas ciências sociais sobre os processos de produção, reprodução e mudança cultural, bem como sobre os mecanismos que articulam esses processos à formação do patrimônio cultural e da memória social, e portanto – em última instância – à própria formação da nação como construção política e simbólica. Uma reflexão aprofundada sobre os diversos caminhos

1 Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial, instituído pela portaria ministerial nº 37 de 4/3/98.

2 M.C.L. Fonseca, *O patrimônio em processo*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997, especialmente p. 162 ss.

de que a teoria social dispõe para conhecer tais realidades ultrapassa obviamente o escopo deste trabalho, que busca, primordialmente, desenvolver uma aplicação do conhecimento criado por disciplinas acadêmicas. Contudo, para que tais objetivos sejam alcançados, é necessária uma fundamentação teórica consistente e explícita.

Ainda que a reconstituição e a interpretação da realidade cultural sejam, a rigor, parte do ofício de cientistas sociais e em particular do antropólogo, levantamentos amplos, coleta e sistematização de documentos e o estímulo à pesquisa podem e devem ser desenvolvidos pelos técnicos de patrimônio em seus variados perfis acadêmicos. Esta é não só uma tarefa realizável, como deve ser incentivada, como oportunidade ímpar de intercâmbio e interação entre esses técnicos e os acadêmicos de diversas áreas que deverão ser chamados a dar sua contribuição. Entrego ao IPHAN este trabalho na certeza de que – em vista do perfil intelectual que tradicionalmente tem distinguido essa instituição – os instrumentos de investigação projetados produzirão os resultados esperados.

Nestas palavras introdutórias, considero importante ressaltar ainda que os procedimentos de inventário criados para o INRC não se aplicam a situações de emergência – como ocorre em áreas impactadas por projetos e empreendimentos de naturezas variadas – nem se prestam à realização de censos pretensamente exaustivos em unidades territoriais mal delimitadas. Nosso primeiro desafio foi tornar viável a identificação e a documentação, dentro dos temas destacados, de conjuntos de referências ou bens culturais que fossem significativos para grupos sociais específicos. O segundo, foi manter a associação desses *bens* aos conjuntos (sistemas) e aos contextos que lhes dão sentido. E, finalmente, evitar a produção de um tipo de registro que *congelasse* o processo social formador desses *bens*, como se eles fossem objetos sem história. Para atender a esse conjunto de exigências, fazemos enfaticamente a recomendação de que se proceda ao acompanhamento a médio prazo da dinâmica cultural nos sítios inventariados, não só acrescentando o inventário como atividade corrente e rotineira da instituição – a exemplo do que ocorre com os censos populacionais – como também procedendo à devolução dos resultados produzidos, submetendo-o à crítica da população envolvida e enriquecendo-o com as suas contribuições.

A metodologia aqui apresentada ambiciona contribuir para que se alcancem os seguintes objetivos específicos:

1. Propiciar a sistematização das fontes e documentos disponíveis sobre a formação cultural de localidades e grupos humanos bem delimitados.
2. Aprofundar os resultados dessa varredura preliminar por meio do contato direto com as populações envolvidas.
3. Subsidiar tecnicamente a identificação dos sentidos de identidade associados a edificações, lugares, celebrações, formas de expressão e ofícios, visando à produção de registros textuais e audiovisuais que sejam sensíveis aos aspectos dinâmicos e contextuais das realidades consideradas.

4. Facilitar a comparação entre diferentes regiões e oferecer subsídios para o estabelecimento de políticas sociais na área do patrimônio.
5. Incentivar a interlocução entre os profissionais (técnicos e acadêmicos, de várias especialidades) que trabalham na área do patrimônio, fortalecendo um padrão de conduta intelectual que diferencia o IPHAN desde as suas origens.
6. Sugerir uma agenda de questões teóricas e práticas que sirva como ponto de partida a um aprofundamento de métodos e conceitos que aproxime, nos trabalhos de campo, as disciplinas que se dedicam à temática do patrimônio, especialmente a arquitetura e a antropologia.

Em situações formais como esta são de praxe as homenagens. Não só por formalidade, entretanto, desejo reiterar aqui essa tradição. O presente trabalho se desenvolveu a partir de uma interlocução produtiva e prazerosa entre a equipe da Andrade e Arantes Consultoria e Projetos Culturais e os técnicos do Departamento de Identificação e Documentação (DID) do IPHAN. Registro aqui o sincero reconhecimento pela iniciativa pioneira do DID que possibilitou a criação desta metodologia, assim como o desenvolvimento do projeto piloto de inventário na região de Porto Seguro. A nossa equipe agradece a atenção que foi dada a este trabalho e a cooperação que se desenvolveu ao longo do percurso trilhado.

No presente volume são apresentados a base conceitual da metodologia criada para o INRC, seus instrumentos e procedimentos, além de algumas reflexões complementares de natureza teórica. O texto impresso é acompanhado de um disquete zip contendo a versão digitalizada do manual, os modelos dos impressos criados para o INRC, os formulários com instruções de preenchimento e o banco de dados para uso futuro.

Campinas, SP, maio de 2000.
Prof.º Dr. Antônio Augusto Arantes Neto

Como ler o INRC

A aplicação de instrumentos de trabalho acadêmico a uma problemática que se configura a partir de temas e problemas que a rigor lhe são externos é uma tarefa complexa, que se apresenta como um desafio estimulante e produtivo por pelo menos três razões.

Primeiro, porque essa demanda – gerada no concreto – refere-se a problemas que não obedecem a limites disciplinares estritos. Tal fato impõe um esforço de criatividade e flexibilidade intelectual, assim como o trânsito entre os modelos teóricos desenvolvidos por diferentes disciplinas e especialidades. Nesse caso, entram em cena principalmente a antropologia e a arquitetura e os esforços dessas disciplinas em pelo menos duas direções, a saber: de um lado, no sentido de contemplarem, ambas, as complexas relações existentes entre estruturas físicas e valores culturais e, de outro, no de refinarem conceitos que são relevantes para ambas – como é o caso do conceito de *lugar* – e desenvolverem procedimentos adequados para a investigação empírica.

Segundo, porque, devendo ser manejados por não-especialistas, os procedimentos de investigação a serem desenvolvidos devem ser, na medida do possível, simples, diretos, claros e, principalmente, completos – ou seja, eles devem prever senão todas, pelo menos as principais variações nas condições em que a pesquisa será desenvolvida, deixando ao pesquisador de campo a menor margem possível de dúvida e decisão.

Finalmente, há um desafio de natureza política a ser contemplado, que põe em evidência o tema da *responsabilidade social* de pesquisadores e técnicos. O uso desses procedimentos metodológicos, como instrumento de ação institucional, produzirá informações que, esperase, realimentarão as políticas de patrimônio.

Assim, em última instância, o INRC deverá ter efeitos sobre o processo social e político pelo qual se forma, legitima-se e dá-se publicidade ao patrimônio cultural, com conseqüências para a formação e a reconfiguração das identidades dos grupos e categorias sociais envolvidos. A reflexividade do inventário poderá, assim, criar impactos sobre estratégias políticas e de mercado associadas ao patrimônio nos meios sociais envolvidos. Essa possibilidade coloca um alerta sobre o processo de escolha dos objetos que deverão ser incluídos nos repertórios culturais a serem inventariados e as conseqüências práticas dessa decisão.

Em relação a questões teóricas e conceituais propriamente ditas, cabe destacar desde logo que, ao serem projetados sobre o pano de fundo da teoria, os assuntos, as preocupações e as categorias inicialmente formulados pelo GTPI ganharam nova feição, e seu conhecimento por intermédio do inventário passou a ter de responder a certas exigências metodológicas. Examinemos, portanto, os principais temas e problemas teóricos a serem enfrentados pelo INRC.

Sobre a noção de inventário

Partimos de uma definição de dicionário. Etimologicamente, a palavra *inventário* deriva do latim jurídico e, segundo o Aurélio (*Novo Dicionário da Língua Portuguesa*), significa:

Inventário, do latim jurídico *inventarium*, “encontrar”:

- (1) relação dos bens deixados por alguém que morreu;
- (2) por extensão, descrição e enumeração minuciosa;
- (3) levantamento individuado e completo de bens e valores.

Essas definições implicam de pronto algumas questões importantes:

1. *Inventário* é por definição *rol completo*: não falta nada do que se pode ou deve incluir; uma primeira característica de qualquer inventário é a *exaustividade*;

2. Para ser exaustivo, um inventário deve ser *sistemático*, ou seja, *coerente com determinados critérios de inclusão e exclusão* dos elementos que deverão constituir-lo. Nesse sentido, todo procedimento de investigação que tenha essa finalidade deve atender a uma exigência básica da formação de conjuntos matemáticos, a saber, em relação a cada um dos objetos considerados deve ser sempre possível responder à seguinte pergunta: “Faz ou não parte do conjunto que se pretende constituir?”, nunca de forma vaga ou imprecisa, como *talvez, não se sabe, sim e não, depende* – formem esses objetos conjuntos *fechados* (exemplo: a escala musical) ou *abertos* (exemplo: os números inteiros)”.

3. *Inventariar*, como lembra ainda a definição de dicionário, significa também *encontrar*, tornar conhecido, identificar. Portanto, descrever de forma acurada cada bem considerado, de modo a permitir a sua adequada classificação, é aqui tarefa primordial.

Nesse aspecto, o INRC coloca um problema que merece atenção. A trajetória do conceito de *cultura*, na antropologia, afastou-se muito da concepção vigente no final do século XIX, quando era vista como um aglomerado de objetos, valores, técnicas e outros itens passíveis de enumeração. Interpretações mais adequadas e produtivas têm sido desenvolvidas com base na concepção de que esse aspecto da vida social refere-se aos sentidos simbólicos enraizados em toda prática humana, sentidos esses que formam sistemas, os quais, por sua vez, não correspondem necessariamente aos limites físicos de um território ou de um grupo social: a um determinado território não corresponde necessariamente uma sociedade e uma só *cultura*. A realidade social e cultural é heterogênea, contraditória e dinâmica. Sendo assim, como identificar segmentos discerníveis nas práticas sociais e de que modo contemplar a sua fluidez?

A primeira consequência desse fato é que o INRC deve basear-se em critérios explícitos e que sejam de aplicação universal, para que se possa construir, a partir de um contexto bem delimitado, um conjunto completo de instâncias que sejam as consideradas relevantes segundo tais critérios. Entretanto, esse conjunto, sendo delimitável num determinado espaço e tempo em função dos critérios definidos, sofrerá transformações: novos padrões emergirão, alguns entrarão em declínio e outros ganharão destaque imprevisto. Conseqüentemente, o INRC produzirá sempre como resultado um conjunto aberto de ocorrências, que ademais serão datadas e parciais, perante o conjunto de casos possivelmente observáveis. Esse assunto será retomado mais adiante.

Construindo o objeto da pesquisa: Referências e Bens Culturais

Detenhamo-nos agora na noção de *referência cultural* que, assim como a de *inventário* anteriormente comentada, implica uma ampla gama de significados. Para elucidá-la, convém tomar novamente a definição de dicionário:

Referência, do latim *referere*, “referir”:

- (1) alusão, menção, insinuação;
- (2) ponto do terreno perfeitamente identificado e materializado, cuja cota verdadeira é calculada com grande precisão para servir de base à determinação das altitudes de outros pontos que lhe ficam próximos;
- (3) relação que existe entre certas coisas;
- (4) adaptado do inglês *reference*, “nota informativa de remissão”; fonte de esclarecimento.

Neste trabalho, o conceito de *referência cultural* diz respeito, *grosso modo*, aos dois primeiros sentidos aqui enunciados. Desde logo, *referência* significa *alusão*, ou seja, identificação indireta de algo por meio de fato, objeto ou personagem conhecidos.

Mas referência também é *baliza*, ou seja, marca que indica limite e que estabelece termo de comparação e diferenciação. Assim, por exemplo, no primeiro sentido, pode-se afirmar que o chimarrão é uma referência da cultura gaúcha e, no segundo, que o forró é uma referência (tradicional) da lambada, sendo esta uma transformação daquela. Assim também o Pão de Açúcar (formação geológica) é uma referência do Rio de Janeiro (cidade), tal como o conjunto urbano do Pelourinho ou a capoeira (como prática corporal) podem significar Bahia, e o samba e a feijoada, brasilidade.

Referências são edificações e são paisagens naturais. São também as artes, os ofícios, as formas de expressão e os modos de fazer. São as festas e os lugares a que a memória e a vida social atribuem sentido diferenciado: são as consideradas mais belas, são as mais lembradas, as mais queridas. São fatos, atividades e objetos que mobilizam a gente mais próxima e que reaproximam os que estão longe, para que se reviva o sentimento de participar e de pertencer a um grupo, de possuir um lugar. Em suma, *referências* são objetos, práticas e lugares apropriados pela cultura na construção de sentidos de identidade, são o que popularmente se chama de *raíz* de uma cultura.

O trabalho cultural de construção de sentidos e *sobre-significações* baseado no concreto e com elementos do concreto – pois não é inerente à natureza de tais objetos, práticas e lugares o fato de serem associados à identidade – confere reflexivamente a essas realidades o que se poderia chamar de *sentido patrimonial*, ou seja, elas passam a integrar um repertório diferenciado de instâncias com que se constroem as fronteiras simbólicas e com que se configuram as imagens de si e de outrem. É este o seu valor como ingrediente da construção de identidades, ou seja, de tradições e de territórios.

A realização de um Inventário depende de que se definam de antemão e se tipifiquem as ocorrências concretas que serão consideradas pertinentes. No caso da chamada cultura material, que é a vertente mais consolidada nas políticas de patrimônio, esses levantamentos referem-se a bens imóveis ou móveis, tomados isoladamente ou em conjuntos. Nos dois casos – bens móveis ou imóveis –, as unidades de observação podem ser identificadas sem muita dificuldade: serão estruturas arquitetônicas ou objetos bem delimitados que se encontram em determinado sítio.

Em contrapartida, um inventário de cultura, como o que agora nos ocupa, apresenta, entre outras, a particularidade de incluir, além de objetos fisicamente discerníveis, realidades como os valores e as significações enraizados nas práticas sociais, que ademais de intangíveis ou imateriais muitas vezes não chegam a ser explicitados ou nem mesmo afloram à consciência dos atores sociais. Assim sendo, como fazer? Como segmentar e identificar sistematicamente os componentes de uma realidade fluida, dinâmica e não diretamente observável?

A lingüística e a antropologia sugerem, cada uma a seu turno, pelo menos duas direções possíveis. Os estudos da linguagem mostram que os *significados* de fato não pairam no vazio. Eles possuem sempre uma contrapartida material da qual são indissociáveis: o chamado *significante*. Este pode ser de natureza acústica, como no caso das línguas naturais; gráfica, como no caso da escrita, ou ter qualquer outra materialidade. Mas haverá sempre objetos físicos por meio dos quais será possível registrar e reconstituir os sistemas abstratos de fonemas, as regras de sintaxe, as significações, e assim proceder à identificação e à descrição de uma língua como prática de uma determinada comunidade de falantes. Caso análogo ocorre com a cultura, tendo em vista que as práticas humanas inscrevem de várias formas seus significados em objetos palpáveis. Uma estrutura arquitetônica informa sobre o modo de vida de seus habitantes, assim como as atividades cotidianas inscrevem sentidos no espaço aberto construindo lugares e territórios reconhecíveis. Portanto, des-

sa perspectiva, um ponto de partida do inventário é focalizar dimensões concretamente apreensíveis da cultura: documentos escritos, audiovisuais, objetos, bem como depoimentos e narrativas orais que explicitem aspectos do que, para determinado grupo social, sejam as suas referências em relação aos temas selecionados por este trabalho. Este é um primeiro nível da realidade a ser inventariada.

Mas, retomando uma indagação lançada no início destas reflexões, como identificar e delimitar os sentidos enraizados nas práticas humanas? Que aspectos serão pertinentes para a sua identificação? Até onde deve levar a observação e o registro de um fenômeno? Como reconstituí-lo e como interpretá-lo? Essas questões espinhosas estabelecem limites ao que se pode pretender conhecer com levantamentos amplos e de profundidade necessariamente limitada, como são os inventários e os censos. Ao mesmo tempo, esse limite estabelece a possibilidade e a necessidade de cooperação entre os encarregados do inventário e os especialistas das áreas de conhecimento relevantes.

Apesar da complexidade da pesquisa etnográfica, é possível delimitar etapas preliminares de investigação que, tomando-se certos cuidados, podem ser compartilhadas por uma gama de colaboradores. Os procedimentos devem ser uniformes, os instrumentos devem ser de aplicação ampla, e é preciso, sobretudo, que as entrevistas – por superficiais que sejam – gerem informações válidas e fidedignas. Para equacionar adequadamente tais problemas – e sem pretender transformar esse inventário num sucedâneo simplificado de pesquisa etnográfica – proponho que a investigação se limite a aspectos da vida social que sejam imediatamente reconhecíveis pelos atores³ e que se proponha a registrar os dados que sejam mais imediatamente apreensíveis por meio de roteiros e formulários padronizados. Refiro-me a domínios reconhecíveis da vida social como as festas, as artes e os ofícios, os lugares de importância diferenciada. São realidades designadas por denominações específicas e correntes: é o *mutirão*, como forma de troca de trabalho na zona rural, é a *feira do padroeiro*, como modo de celebrar a coletividade, é esta ou aquela *dança* como forma de expressão adequada a certa ocasião e assim por diante. Estas – o mutirão, uma festa, uma dança – são instituições sobre as quais se pode conversar, que se pode presenciar, que se sabe o quanto dura, que se sabe como pôr em ação, etc. É a esse tipo de recorte que corresponde o que, no presente trabalho, denominamos de *bem cultural*.

O uso da noção de bem cultural, tão mal definido pelas ciências sociais, entretanto, não pretende absolutamente sugerir que tais unidades concretas e reconhecíveis da prática social sejam configurações fixas e cristalizadas. De fato, colocando em primeiro plano no desenho desta metodologia os atores, as instituições reconhecidas por sua cultura, as suas práticas, assim como as configurações espaço-temporais produzidas por essas práticas (com suas respectivas fronteiras simbólicas e marcos de lugar),⁴ precavemo-nos do risco de tratar os chamados “bens culturais” como *coisas* substantivas ou produtos acabados. Antes, enfrentamos o desafio de identificar o patrimônio e as referências culturais como produtos históricos dinâmicos e mutáveis, o que se reflete na circunstância do INRC – ainda que atendendo ao critério de exaustividade – de não produzir listas definitivas de itens inventariados.

Sintetizando, afirmaria que, para efeitos metodológicos, o objeto do INRC são atividades, lugares e bens materiais que constituam marcos e referências de identidade para determinado grupo social.

3 Este partido teórico se inspira no que B. Malinowski chamou de *unidades concretas de comportamento organizado*, ou seja, um certo modo de organização dos atores regido por agregados reconhecíveis de normas de ação e valores, para o desenvolvimento de atividades que implicam o conhecimento e o manejo de determinadas técnicas e recursos, num determinado espaço e tempo. Ver B. Malinowski, *Argonautas do Pacífico Ocidental* e *Uma teoria científica da cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

4 Cf. A. Arantes *Cultura popular*. São Paulo: Brasiliense, 1981. 13ª ed.

Detenhamo-nos agora sobre as categorias de bens que estruturarão o inventário. Como afirmei anteriormente, o ponto de partida deste trabalho foram as categorias privilegiadas pelos estudos desenvolvidos pelo grupo de trabalho que trata da criação do registro da cultura imaterial. Mas ao serem projetados sobre o pano de fundo da teoria, os assuntos, preocupações e categorias por ele formuladas ganharam nova feição, passando o seu conhecimento a ter certas implicações metodológicas. Em consequência disso, o objeto do *Inventário Nacional de Referências Culturais* pode ser descrito nos seguintes termos:

1. Celebrações. Nesta categoria incluem-se os principais ritos e festividades associados à religião, à civilidade, aos ciclos do calendário, etc. São ocasiões diferenciadas de sociabilidade, envolvendo práticas complexas com suas regras específicas de distribuição de papéis, a preparação e o consumo de comidas, bebidas, a produção de um vestuário específico, a ornamentação de determinados lugares, o uso de objetos especiais, a execução de música, orações, danças, etc. São atividades que participam fortemente da produção de sentidos específicos de *lugar* e de *território*. São exemplos festas como as de São Sebastião, do Divino Espírito Santo, de Iemanjá, de São João e o carnaval, que se realizam com variações em inúmeras regiões do Brasil; ou outras mais localizadas como o Círio de Nazaré em Belém (PA), a Lavagem do Bonfim e a Romaria de Bom Jesus da Lapa na Bahia ou, no estado de Goiás, a Cavallhada (Pirenópolis) e a Procissão do Fogaréu (Goiás).

2. Formas de expressão. Formas não-lingüísticas de comunicação associadas a determinado grupo social ou região, desenvolvidas por atores sociais (individuais ou grupos) reconhecidos pela comunidade e em relação às quais o costume define normas, expectativas, padrões de qualidade, etc. Incluem-se nesta categoria o cordel, a cantoria e a xilogravura no Nordeste, diversas variantes do Boi (o boi bumbá, o boi duro, o bumba meu boi, etc.) em várias regiões do Brasil, a moda de viola e a catira no centro-sul, a ciranda no litoral pernambucano, a cerâmica figurativa no vale do Jequitinhonha, etc. Neste caso, serão inventariadas não as linguagens em abstrato, mas o modo como elas são postas em prática por determinados executantes.

3. Ofícios e modos de fazer, ou seja, as atividades desenvolvidas por atores sociais (especialistas) reconhecidos como conhecedores de técnicas e de matérias-primas que identifiquem um grupo social ou uma localidade. Este item refere-se à produção de objetos e à prestação de serviços que tenham sentidos práticos ou rituais, indistintamente. Entre estes encontram-se a carpintaria no sul da Bahia, a confecção de painéis de barro no Espírito Santo, a manipulação de plantas medicinais na Amazônia, a culinária em Goiás Velho, o benzimento nas várias regiões do país, as variantes regionais de técnicas construtivas, do processamento da mandioca ou da destilação da cana, entre muitos outros. Tal como no caso anterior, os modos de fazer não serão inventariados em abstrato, mas através da prática de determinados executantes.

4. Edificações. Em diversos casos, estruturas de pedra e cal estão associadas a determinados usos, a significações históricas e de memória ou às imagens que se tem de certos lugares. Essas representações as tornam bens de interesse diferenciado para determinado grupo social, muitas vezes independentemente de sua qualidade arquitetônica ou artística. Nesses casos, além dos aspectos físico-arquitetônicos, são relevantes do ponto de vista do patrimônio as representações sociais a eles associadas, as narrativas que se conservam a seu respeito, eventualmente os bens móveis que eles abrigam, determinados usos que neles se desenvolvem. Esta categoria integra tanto edifícios emblemáticos do porte das igrejas de Nossa Senhora Aparecida (SP) e de Nosso Senhor do Bonfim ou do Terreiro da Casa Branca em Salvador (BA), como outros de significação mais localizada como são a casa de Cora Coralina em Goiás (GO), as sedes da Lira Popular de Belmonte (BA) ou da Banda Carlos Gomes em Campinas (SP).

5. **Lugares.** Toda atividade humana produz sentidos de lugar. Neste inventário serão incluídos especificamente aqueles que possuem sentido cultural diferenciado para a população local. São espaços apropriados por práticas e atividades de naturezas variadas (exemplo: trabalho, comércio, lazer, religião, política, etc.), tanto cotidianas quanto excepcionais, tanto vernáculas quanto oficiais. Essa densidade diferenciada quanto a atividades e sentidos abrigados por esses lugares constitui a sua centralidade ou excepcionalidade para a cultura local, atributos que são reconhecidos e tematizados em representações simbólicas e narrativas. Do ponto de vista físico, arquitetônico e urbanístico, esses *lugares* podem ser identificados e delimitados pelos marcos e trajetos desenvolvidos pela população nas atividades que lhes são próprias. Eles podem ser conceituados como *lugares focais* da vida social de uma localidade.

Esse levantamento deve incluir a identificação das atividades formadoras do lugar, ou seja, aquelas reconhecidas como *próprias deles* (isto é, vinculadas à produção de sua *singularidade*). A compreensão desses processos, por sua vez, depende dos seguintes fatores:

1. Mapeamento dos modos de apropriação prática e simbólica do espaço;
2. Evolução histórica desses modos de apropriação (em suas rupturas ou continuidade tradicional), assim como da construção estratégica de monumentos e da inscrição táctica de marcas vernáculas na sua forma material. Assim, no inventário não se deve deixar de considerar que lugar é *processo* e, portanto, *tempo*.⁵

Há inúmeros exemplos de lugares pertinentes a este inventário. Entre eles podem ser citados a Feira de Caruaru (PE) ou de São Cristóvão no Rio de Janeiro, o mercado Ver-o-peso em Belém (PA), o Quadrado de Trancoso no sul da Bahia, a Praça da Sé em São Paulo, a Lagoa do Abaeté em Salvador (BA), a sede de um time de futebol, a quadra de uma escola de samba, uma área urbana como o Pelourinho em Salvador ou o Bairro do Recife (PE).

A temática dos lugares se constitui como ponto de interseção entre reflexões desenvolvidas por várias disciplinas acadêmicas e envolve particularmente a arquitetura e a antropologia. Por esse motivo, a identificação de lugares focais pode ser o ponto de partida mais produtivo para uma tentativa de integrar os resultados dos dois tipos de inventários que agora o IPHAN passa a produzir, a saber, o Inventário Nacional de Bens Imóveis e o INRC.

Delimitação do universo

Para atender ao critério de exaustividade o inventário deve referir-se, como foi argumentado, a itens identificáveis, mas, além disso, a um universo que possa ser social e espacialmente delimitado. Para projetar um inventário não basta adotar os limites e as subdivisões administrativas de uma área geográfica. Os sistemas culturais, e portanto as referências de um grupo social, têm, por assim dizer, uma geografia própria, que dependerá da natureza das relações sociais existentes num determinado espaço físico: a segmentação ou a estratificação social corresponderá a clivagens e diferenças culturais, com graus variados de permeabilidade, que deverão ser levadas em consideração na delimitação da área do inventário. Estaríamos falando das referências compartilhadas pela maioria da população, por todos os estratos sociais, por uma etnia, categoria etária, racial?

⁵ Para uma reflexão mais aprofundada sobre o tema ver especialmente o capítulo 3 (“Política de rua”) de A. Arantes, *Paisagens paulistanas*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2000. Ver também “A guerra dos lugares” *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, vol.23. Rio de Janeiro: IPHAN, 1997.

O foco deste trabalho, por sua própria natureza, são configurações socioespaciais bem localizadas e seu arquétipo pode ser ilustrado pelo conceito de área tombada. Entretanto, as preocupações expressas pelos técnicos do IPHAN levaram a flexibilizar esse conceito, vinculando inventários a unidades territoriais que apresentassem certo grau de articulação interna em termos da dinâmica cultural, sem serem necessariamente homogêneas. Uma vila, uma cidade ou parte dela, ou mesmo toda uma região do país podem, em princípio, vir a ser consideradas para fins de inventário, desde que apresentem temas ou problemas comuns. Desse modo, justificou-se para efeitos do projeto piloto que acompanhou a elaboração desta metodologia⁶ focalizar o Museu Aberto do Descobrimento (MADE).

Essa vasta região do sul da Bahia, com 1.200 km² de área, abrangendo três municípios e várias aldeias e terras indígenas foi escolhida não só em virtude de ter sido delimitada juridicamente⁷ para fins da implantação de uma política cultural unificada no âmbito federal (o programa cultural do MADE), mas também por possuir certa unidade em termos de formação histórica, e por vir sofrendo em décadas recentes os efeitos de um mesmo processo de incorporação pelos negócios associados ao turismo. Nesse contexto, os bens culturais selecionados foram aqueles que, em primeiro lugar, remetiam à formação histórica da área e das identidades locais e, além destes, aqueles que vêm se desenvolvendo por fusão ou transformação das referências tradicionais. Ou seja, nos termos do raciocínio anterior, serão esses temas e problemas que, em última instância, justificarão a adoção desta ou daquela delimitação e permitirão responder à exigência de exaustividade. Este tema também justificou colocar em segundo plano a questão dos signos e das informações que transitam hoje globalmente não necessariamente pelo espaço físico, mas pelo virtual, através da mídia eletrônica.

O exemplo do MADE conduz a outra consideração importante, que implica tanto a inclusão da perspectiva do grupo social considerado na delimitação da área inventariada, quanto o uso de critérios de natureza interpretativa. Desse ponto de vista, fomos levados a incluir no projeto piloto a cidade de Belmonte que, embora estando a rigor fora do perímetro oficial do MADE, é reconhecida regionalmente como sendo ainda um celeiro de manifestações culturais tradicionais que perduram em razão de, entre outros fatores, ter sido menos afetada pelo turismo e pela urbanização. De fato, a pesquisa em Belmonte foi extremamente esclarecedora sobre a dinâmica cultural da região do MADE, pois em relação a ela esta ganha contrastes bastante significativos.

Graças à experiência obtida com esse projeto piloto, podemos fazer algumas observações gerais importantes a respeito da delimitação de áreas a serem inventariadas:

1. As áreas inventariadas podem ser delimitadas em razão de critérios jurídicos (por exemplo, uma área tombada), sócio-políticos (o território associado a uma etnia) ou temáticos (a área onde se encontra disseminado determinado bem cultural).
2. Essas áreas não são categorias estritamente *espaciais*, no sentido físico do termo, mais correspondem à implantação de modos de vida, à percepção de fronteiras, à elaboração de regras de conduta e criação de valores. Nesses sentidos, proponho para denominação dessas áreas o conceito de *sítio*, compreendido enquanto *configuração socioespacial*.
3. Os sítios a serem inventariados podem ser reconhecidos em diferentes escalas.

⁶ Os resultados do projeto piloto são apresentados no segundo volume deste relatório, intitulado *Inventário do Museu Aberto do Descobrimento e de Belmonte*.

⁷ Decreto 1874, de 22 de abril de 1996, que cria o Museu Aberto do Descobrimento.

Em alguns casos, elas serão identificadas como vilas inteiras (ex.: Vale Verde, em Porto Seguro, BA); ou como bairros (ex.: a Biela, em Belmonte, BA, ou o Bexiga, em São Paulo); em outros casos, serão zonas ou manchas, não correspondendo necessariamente a bairros ou distritos (ex.: o conjunto arquitetônico do Pelourinho em Salvador, a Passarela do Álcool em Porto Seguro, BA. Elas podem ainda corresponder a amplas regiões geográficas culturalmente diferenciadas e tradicionalmente reconhecíveis (ex.: o Cariri, no Ceará, o Recôncavo Baiano) ou mesmo a uma área delimitada para efeitos da implantação de uma determinada política (como é o caso do MADE, ou de um sítio tombado). As principais variações de escala levarão a solucionar de modo diverso problemas práticos de pesquisa tais como: Quantos serão os sujeitos entrevistados? Que critérios serão adotados para a sua seleção? De que forma se consolidarão os dados obtidos pelas entrevistas? Qual o tamanho e a estrutura da equipe necessária para realizar o trabalho?

4. As áreas a serem inventariadas podem ser contínuas, como ocorre na maior parte dos casos, ou comportar um conjunto de segmentos territoriais que, não obstante a descontinuidade física, compõem um todo indivisível do ponto de vista da vida social do grupo envolvido (exemplo: as territorialidades de diáspora de modo geral, o conjunto das aldeias e das Terras Indígenas dos Pataxó, no sul da Bahia).

5. Para efeitos do inventário, a delimitação de uma área pode acarretar a necessidade de incluir localidades que se encontram no seu entorno, por força de sua relevância em termos das práticas a serem identificadas, seja como fornecedoras de bens e serviços à área focal, seja por serem consideradas modelo ou padrão para determinada prática ou por outras razões equivalentes. Neste caso, será necessário delimitar e identificar esse entorno, sem confundí-lo com a área focal do inventário.

Segundo as dimensões e a densidade cultural de um sítio que venha a ser inventariado, poderá ser conveniente, para efeitos práticos, subdividi-lo em *localidades*. Um bom exemplo disso é também o Museu Aberto do Descobrimento. Neste caso, configurações socioespaciais menores do que a grande área que se tomou como ponto de partida deverão ser discernidas pelo pesquisador. Assim, um sítio poderá ser pensado como uma rede de localidades reconhecidas pelos atores sociais como uma totalidade cultural e territorialmente diferenciada.

Agências e instituições as mais variadas estruturam estrategicamente as áreas geográficas para efeitos de suas atividades. Assim ocorre com a organização administrativa dos estados e municípios, com as zonas censitárias, com o zoneamento de uso e ocupação do solo, com as medidas de preservação do patrimônio ambiental e cultural, com as normas de manejo de áreas naturais e assim por diante. Por essa razão, muitas informações relevantes estão consolidadas nos instrumentos legais que criam tais enquadramentos.

É preciso ainda enfatizar que o recorte espacial aqui privilegiado para a delimitação do universo a ser inventariado, embora sendo o mais óbvio e também o mais compatível com a organização do IPHAN em superintendências regionais, não é o único possível. De fato, a metodologia aqui proposta também pode subsidiar levantamentos visando à identificação de variantes de determinado bem cultural. Nesse caso, ajustes deverão ser feitos de modo a não perder as relações existentes entre os fenômenos que vierem a ser observados e os contextos específicos em que eles ocorrem.

Processo de Trabalho

Os objetivos traçados pelo IPHAN para o INRC levaram à formulação de um procedimento de investigação que se desenvolve em planos de complexidade crescente, de modo a tornar viáveis, de um lado, os levantamentos amplos e periódicos (etapa aqui designada como de *identificação*) a serem realizados como atividade corrente do IPHAN e, de outro, a sua complementação com *documentação etnográfica* produzida por consultores especializados.

A presente metodologia prevê três etapas, correspondendo a níveis sucessivos de aproximação:

1. Levantamento preliminar;
2. Identificação;
3. Documentação.

O inventário é complementado pela inserção das informações em um banco de dados especialmente projetado. Cada uma dessas etapas do trabalho será apresentada primeiramente de modo sucinto, para oferecer ao leitor uma visão de conjunto do trabalho e, a seguir, em detalhes, com a apresentação de cada um dos instrumentos relevantes.

Formação da equipe

Cada sítio a ser inventariado apresentará características próprias, de acordo com as quais será conveniente conduzir os trabalhos, em termos práticos. Entretanto, tendo em vista que o INRC é um instrumento de política cultural, será imprescindível, por várias razões, envolver a população local nesses levantamentos.

Freqüentemente se encontram, nas cidades e vilas de todo o país, pessoas que possuem um conhecimento aprofundado da cultura local. Esse conhecimento, por menos sistemático ou elaborado que seja, é de valor inestimável para o planejamento do inventário, pois dificilmente serão suficientes, mesmo como ponto de partida, as informações obtidas por meio de fontes secundárias. Além disso, a seleção dos bens a serem inventariados deve sempre ter por base o que a comunidade *oferece* ao conhecimento e não ao contrário, já que estamos envolvidos com o tema da identidade social. Por outro lado, dado o aspecto reflexivo do inventário comentado anteriormente, é imprescindível criar desde logo os caminhos pelos quais o conhecimento a ser produzido será reapropriado pela população. A meu ver, o INRC terá alcançado seu principal objetivo, como política cultural, se a população local vier a assumi-lo como algo do seu interesse, incluindo-o na construção de sua memória.

Por essas razões, recomendo vivamente que as equipes de campo do inventário incluam, além de especialistas e técnicos, pessoas do lugar que possam futuramente ser os interlocutores do IPHAN no trabalho de manutenção e realimentação desses acervos de informação.

Quanto às equipes técnicas propriamente ditas, que serão encarregadas do planejamento e da coordenação dos trabalhos, nossa recomendação é que elas sejam constituídas por pessoas com conhecimento da temática do patrimônio nas seguintes áreas: ciências sociais (particularmente antropologia), história, arqueologia, letras, museologia, arquitetura e geografia, em número e proporção variáveis de acordo com cada situação considerada. Ao participarem do levantamento preliminar, esses profissionais estarão sendo capacitados para atuar posteriormente como supervisores do trabalho de campo, acompanhando, revendo e sistematizando os

dados obtidos pelos demais pesquisadores ao longo de todo o processo de investigação.

As equipes de campo deverão incluir uma pessoa que possa estar encarregada especificamente dos registros audiovisuais e *entrevistadores* que escrevam bem, tenham iniciativa (pois são inúmeras as situações em que devem ser tomadas decisões *ad hoc*), que sejam disciplinados e perseverantes. A formação universitária é bastante recomendável, embora não seja a rigor imprescindível, desde que a pessoa atenda aos requisitos do perfil traçado. Os trabalhos da equipe de campo serão coordenados por um *supervisor* que será encarregado, entre outras coisas, da elaboração das Fichas de Identificação dos bens e de todo contato que for necessário com o responsável pelo inventário. O supervisor deverá corresponder ao perfil traçado para a equipe técnica e possuir bons conhecimentos de informática, dada a frequência com que serão utilizados equipamentos dessa natureza.

Procedimentos

Para uma adequada organização e desenvolvimento dos trabalhos foi criado um conjunto de formulários (fichas de identificação, questionários e fichas de campo). Esse instrumental é disponibilizado em versão digital (Word 7), devendo ser editado e impresso para uso em campo. Os espaços para preenchimento, assim como o número de linhas e tabelas, podem ser multiplicados automaticamente pelo uso da barra de ferramentas do Word. Recomendamos que a equipe de campo utilize computadores durante os trabalhos, tanto para a edição de formulários, conforme a sua necessidade, quanto para o preenchimento das fichas de identificação que, se iniciadas no campo, produzirão um parâmetro importante para avaliar os dados coletados (verificar se são completos, consistentes, suficientes, etc). A seguir, passaremos a apresentar esse material, detalhando a metodologia do INRC, segundo as etapas propostas.

Levantamento preliminar

O inventário tem início com o *levantamento preliminar*, que consiste basicamente na tomada de decisão a respeito da delimitação do sítio a ser inventariado, na sua subdivisão em localidades, se isso for apropriado no caso, e na reunião e sistematização das informações inicialmente disponíveis sobre o sítio considerado. Essa etapa inclui pesquisa em fontes secundárias e documentos oficiais, assim como uma viagem precursora ao campo onde deverão ser entrevistados, sobre temas gerais relacionados ao inventário, pessoas que detenham um bom conhecimento da realidade local. Essa viagem permitirá também o contato com instituições para obtenção de documentos específicos e mapas, e para a verificação das condições práticas em que o trabalho de campo será realizado (hospedagem de pesquisadores, acesso a equipamentos de informática e de comunicação, deslocamento, etc.).

A sistematização, logo no início dos trabalhos, dos dados obtidos no levantamento preliminar é muito importante, ainda que tais dados sejam incompletos, por várias razões:

1. Ela permitirá visualizar os bens a serem inventariados em seu conjunto, indagar sobre o seu sentido e compreender o contexto histórico e social em que ocorrem, principalmente em termos do grau de estabilidade ou mudança em que se encontra a área estudada, no momento do inventário.
2. Nesta etapa é feita a primeira varredura da área considerada, com o objetivo de selecionar *a priori* alguns itens que deverão ser objeto de investigação mais aprofundada para eventual identificação.
3. Depende desse levantamento o próprio planejamento do trabalho de campo em seus aspectos práticos (quando realizá-lo, quantos entrevistadores mobilizar, onde hos-

pedar a equipe, de que forma e até que ponto os moradores da região poderão ser incorporados ao trabalho, etc.).

No levantamento preliminar deverão ser inscritos no Anexo 3: Bens culturais inventariados todos os bens que se incluam nas categorias celebrações, edificações, formas de expressão, lugares, ofícios e modos de fazer, nos termos das definições apresentadas anteriormente. A inclusão do bem nessa listagem deve ser feita independentemente de ele estar em plena vigência ou em desuso na localidade considerada. Sua efetiva identificação dependerá de decisão posterior a ser tomada pelos responsáveis pelo inventário.

Os principais critérios para a escolha dos bens a serem identificados, por assim dizer, equilibram um *quantum* de representatividade para a comunidade, com critérios técnicos construídos com base em conhecimento anterior da realidade ou região inventariada.

Assim, destacam-se no mapeamento feito através do levantamento preliminar os seguintes itens:

1. O que a comunidade destaca de forma reiterada como bem de significação diferenciada enquanto marca de sua identidade;
2. O que o conhecimento acumulado sobre o sítio permite destacar;
3. O que se verifica ser relevante comparativamente, por semelhança ou contraste com o que ocorre na região de entorno da área inventariada;
4. A vigência da referência nas práticas sociais atuais ou na memória.